MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 5/2012

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS CATORZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE. ----------

Aos catorze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e doze, pelas vinte e trinta horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz e segundo secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 5 de Dezembro de 2012, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; ----------

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do nº. 1 do art.º. 53º., da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

-----Ponto Três – Estrutura Orgânica do Munícipio seu Mapa de Pessoal e o Regulamento de Organização dos Serviços; ----------

-----Ponto Quatro – Regulamento Municipal de Jardins e Espaços Públicos em Vila Nova da Barquinha; ----------

-----Ponto Cinco – Alteração do Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda; ----------

-----Ponto Seis – Apreciação do inventário dos bens imóveis do domínio privado do Município e respectiva avaliação (artº49, nº2 da Lei 169/99 de 18 de Setembro); ----------

-----Ponto Sete – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de

Gestão para 2013 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e estudo de viabilidade económica, financeira e racionalidade económica do CDN; ----------

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: ----------

-----Rui Monteiro Picciochi; ----------

-----Manuel da Costa; ----------

-----João Manuel Alves Gralha; ----------

------Paulo Fernando da Graça Constantino; ----------

-----José Maria Chambel Esteves; ----------

-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; ----------

-----Adriano da Fonseca Figueiredo; ----------

-----Inocêncio Rodrigues Cruz; ----------

-----Adriano Milho Cordeiro; ----------

-----António Maria Constantino; ----------

-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; ----------

-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; ----------

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; ----------

-----Anabela da Conceição Quintanilha; ----------

-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; ----------

-----Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; ----------

-----Valter Augusto Peres Caldeira; ----------

-----Maria José Brito Alves Martinho; ----------

-----Carlos Miguel Timóteo Pires. ----------

Não esteve pesente na sessão da Assembleia o Senhor Deputado Manuel João da Rosa Pedro da Silva; ----------

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. ----------

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. ----------

----- De seguida tomou posse o Senhor Deputado Municipal Manuel da Costa substituíndo a Senhora Deputada Municipal Ana Rita Lopes Inácio que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS. ----------

----- De seguida tomou posse a Senhora Deputada Municipal Anabela da Conceição Quintanilha substituíndo o Senhor Deputado Municipal António Pereira que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD. ----------

----- De seguida tomou posse a Senhora Deputada Municipal Maria José Brito Alves Martinho substituíndo o Senhor Deputado Municipal João Filipe Ricardo que solicitou substituição à sessão da Assembleia Municipal, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU. ----------

----- ACTA ----------

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 4, da reunião de 28 de Setembro de 2012, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. ----------

----Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 4/2012 da reunião realizada a 28 de Setembro de 2012. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 5 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Valter Caldeira, Paulo Tavares, Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP e Maria José Brito da CDU; ----------

----- EXPEDIENTE ----------

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) ----------

----------/////----------

Deseguida o Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados que apresentaram as seguintes declarações: ----------

= A Senhora Deputada **Anabela Quintanilha** apresentou uma declaração política sobre datas comemorativas; **(vide anexo 2)** ----------

= O Senhor **Presidente da Assembleia** apresentou uma Moção cujo tema "Intenção de Integração no Médio Tejo das CIM'S do Pinhal Interior Sul e da CIM Beira Interior Sul "; **(vide anexo 3)** ----------

= Intervenção do Senhor **Presidente da Assembleia**: "Há um Programa de Política de ordenamento que está em vigor, que contraria toda esta situação e o que é mais grave e que leva à consideração da Assembleia Municipal é que houve Presidentes de Câmara que à revelia das Assembleias Municipais começaram a tomar posições sobre este assunto. Está na altura de dizer basta e penso que nenhuma Assembleia Municipal desta área emitiu parecer sobre isto e nem delegou os Presidentes de Câmara para tomar posição sobre o referido. É uma tentativa de desviar todo o centro do Médio Tejo, tirá-lo do Ribatejo e ligá-lo às Beiras, contrariamente ao que diz o Plano que está aprovado anexo à Lei 58/2007 e que contraria toda esta situação. Houve alguem que resolveu alterar a situação e não sabemos como é que esta area iria funcionar. ----------

Contactei a Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, que também ocupa o cargo de Presidente da Comunidade Intermunicipal e está também alheia ao que se está a passar. Em relação a este assunto agradecia o apoio do Senhor Presidente da Câmara que elucidasse à Assembleia Municipal sobre este assunto." ----------

= Intervenção do Senhor **Presidente da Câmara**: "Não estava a espera que este assunto fosse já hoje aqui debatido, dado que é um assunto de hoje. De uma forma informal comuniquei ao Senhor Presidente da Assembleia o que tinha acontecido na reunião da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dada a rapidez com que tudo isto se quer decidir não podia passar ao lado da Assembleia Municipal. ----------

- O que se passa é que na Região Centro ao contrário das outras regiões há uma tentativa de junção das Comunidades Intermunicipais, por um bom motivo nalguns casos, pois há Comunidades Intermunicipais muito pequenas, é o caso da Serra da Estrela e do Pinhar Interior Sul. Apesar de cumprimos todos os requesitos dado que a legislação aponta para que as Comunidades Intermunicipais tenham um minimo de 5 Municípios e 90 mil habitantes, o Médio Tejo tem 11 Municípios e cerca de 230 mil habitantes. Daí, houve um conjunto de intervenções, nomeadamente através do Senhor Presidente da

CCDR, no sentido de haver uma junção com o Pinhal Interior Sul, ou seja com os 4 Municípios com o qual já se trabalha e juntar ainda a Beira Interior Sul onde estão entre outros os Municípios de Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e Idanha-a-Nova. A posição que transmiti foi que este assunto tem de ser discutido por todos os agentes do território e não apenas pelos Presidentes de Câmara. Do ponto de vista estratégico é um grande erro, neste momento estar a virar para as Beiras, até porque isto irá motivar a própria desagregação do Médio Tejo. Haverá Municípios que irão discutir se passarão para a Beira Litoral, um ou outro passará para a Lezíria e vai efectuar-se um desmembramento do Médio Tejo. Uma estrutura que é dinâmica, que tem um nível de coesão muito significativo e se de facto se vier a concretizar esta ideia e como prevejo a saída de alguns Municípios, o que se vier a acontecer o prato da balança da Beira irá pesar muito mais e não faz sentido nenhum do ponto de vista territorial. Do ponto de vista estratégico para o Médio Tejo este movimento que se está a tentar concretizar. Penso que apesar de as coisas estarem em cima do acontecimento, se sair daqui uma posição muito forte julgo que isso fará repensar os autores deste processo pois este não pode passar de uma forma clandestina.»----------

Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito para discussão os seguintes deputados: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Só agora estamos a tomar conhecimento desta intenção, através desta Moção, o que podemos dizer sobre ela demonstra o modo como vai ser votada a Moção, é que a Administração do Território continua mais ou menos ao reboque das forças políticas que se vão revezando no Poder Central. Se o PS tem uma intenção, será essa, se o PSD tiver outra intenção será igualmente essa e vai-se organismos, regiões e o que seria uma organização administrativa coerente do país continua por ser feito. Não se pode pensar que este facto não prejudica seriamente o momento económico em que estamos a viver. Portugal ainda hoje enferma deste modelo de organização intermédia, inexistente ou confusa absolutamente disparatada, uma coisa que temos de fazer é parar para pensar e para reorganizar o país em termos de administração intermédia de uma forma coerente que não ande ao reboque dos humores de cada força política."-

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Há de facto, um

plano que está aprovado e em vigor, que cobre a nossa região, plano esse que está em Bruxelas, que contem as opções para a valorização do território. Não sei como se consegue fazer estas movimentações todas, talvez com objectivos políticos, mas sem respeitar o que está em vigor, isso sim. Já chega que os Presidentes de Câmara resolvam assuntos sem terem competência para tal, o que a Constituição determina é que os Municípios sejam governados por uma Assembleia Municipal com um órgão executivo, que é a Câmara Municipal. Como é que os Presidentes de Câmara se permitem tomar decisões sem consultar as Assembleias e a Comunidade Intermunicipal. Apresentei a Moção porque as pessoas têm de começar a perceber que este país não pode ser governado por incompetentes. Em relação à A23, problemas das SCUTS, recebi as respostas do Gabinete do Secretário de Estado e do Provedor e que este aconselha a qualquer um de nós a recorrer ao Tribunal pois está tudo ilegal."----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Isto é tudo muito pouco democrático, isto é tudo feito à revelia dos interesses das pessoas, estão mais interessados na questão da regionalização e isto é uma questão que tem de se resolver mais cedo ou mais tarde. Em França demorou 30 anos, em Itália demorou 50 anos em Portugal certamente demoraremos 70 anos a fazê-lo mas teremos de o fazer mais tarde ou mais cedo. É o único tipo de resposta que teremos para este tipo de problemas que vão surgindo sempre, eleição após eleição. Curiosamente Portugal e a Grécia são os únicos países que não têm regiões administrativas."----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Antes de fazer a intervenção gostaria de ter uns esclarecimentos, se está a ser feita alguma negociação com os intervenientes sobre a intenção de integração e se nalguma Assembleia Municipal do Médio Tejo este assunto foi discutido.----------

O Senhor Presidente da Assembleia refere que há um plano em Bruxelas que é atual." ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Este assunto nunca foi discutido em nenhuma Assembleia.----------

O que eu disse é que há um plano em vigor, Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território, um anexo à Lei nº58/2007, 4 de Setembro." ------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Essa alteração não

pode ser feita sem a aprovação das Assembleias Municipais e pelo que se está a empreender não pode porque o plano que está em Bruxelas é outro. Se eu bem entendi o Senhor Presidente da Câmara está contra esta integração, ou seja é um assunto que morre logo à nascença porque se a CIMT (Comunidade Intermunicipal Médio Tejo) estiver de acordo que essa integração não deva ser feita, a não ser que haja uma imposição vertical, não percebo o porquê de se estar a perder tempo com esta situação. É preciso perceber até que ponto os Presidentes das respectivas Câmaras Municipais estão em consunância com as Assembleias Municipais. Seria interessante perceber da parte do Presidente da Câmara qual é verdadeiramente o sentido de linha de orientação da CIMT. A minha pergunta é o que é que na generalidade dos presidentes da Câmara do Médio Tejo pensam acerca deste assunto." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "Não estou em condições de discutir, mas tenho uma coisa a dizer. O Senhor Presidente apresentou a Moção e mostra-se contra com as razões que apresentou, mas posso contrariar dizendo que se calhar o alargamento até é bom, pode trazer mais valias a junção a concelhos com outras valências, para uma boa gestão e melhoria de recursos que sentimos que somos paupérrimos no nosso concelho. O que me diz a mim se o concelho de Castelo Branco entrar para a CIMT não será uma mais valia. Estou de acordo que deva ser discutido, mas com mais informação que não esta. ----------

Na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal da qual o Senhor Presidente da Assembleia faltou, foi apresentado pelo Presidente da Câmara de Torres Novas, atual Presidente do Conselho Executivo, na zona da A23, os concelhos do Pinhal Interior e achei que perante a sua intervenção não estava contra. Aqui há prós e contras." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Este assunto foi ou não discutido na Comunidade Intermunicipal." ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Não!" ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "Foi apresentado um possível alargamento das Comunidades Intermunicipais nomeadamente umas que vão crescer e outras que vão acabar." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

" O Presidente António Rodrigues foi confrontado pela primeira vez no dia 05

de Novembro com a reformulação da CIMT'S até ao final do ano porque estamos atrasados na apresentação do quadro Comunitário de Apoio. As CIMT'S vão coincidir com as NUT'S 3 e de facto há CIMT'S muito pequenas, não é nosso caso, é um processo tem sido bastante rápido e com as vicissitudes mais diversas. O que foi discutido na Assembleia da CIMT não sei mas nessa altura o que todos pensavamos e aprovamos por unanimidade era a integração de 4 Municípios que fazem parte do Pinhal Interior Sul e que já têm concretualizado connosco alguns fundos comunitários, é o caso da Sertã, Vila de Rei, Oleiros e Proença a Nova. Estes 4 Municípios juntos são mais pequenos que a maioria de muitos Municípios do Médio Tejo, são menos 30 mil habitantes no seu conjunto. É totalmente diferente fazermos parte de uma região que vai até Fronteira e Idanha-a-Nova. No caso de Ourém, se sair do Médio Tejo os pratos da balança vão-se desiquilibrar completamente e saem 50.000 habitantes do Médio Tejo e Castelo Branco ganhará um peso e passaremos a ser uma zona quase apêndice de Castelo Branco, é isso que neste momento está em discussão. Na altura em que houve Assembleia Intermunicipal pôs-se a questão de entrarem 4 pequenos Municípios. Há um desiquilíbrio nas Beiras e como o Presidente da Assembleia disse o Plano Nacional de Ordenamento do Território diz que em relação às beiras há sistemas urbanos em que se deve previligiar a união do sistema urbano, como Castelo Branco, Covilhã, Guarda, ou seja unir a Beira Alta com a Beira Baixa e não o que se pretende fazer. ----------

Enquanto a Lezíria com os seus 11 Municípios estão em coexão a preparar o quadro comunitário de apoio o Médio Tejo está numa situação desfavorável. A competência para decidir é do Governo por proposta da CCDR e não acredito que o presidente da CCDR faça uma proposta se verificar que há uma oposição clara, nítida e que não há um bom nível de aceitação. Falei com um urbanista muito conceituado em Portugal que informou que tem dúvidas que se Bruxelas, houver muita oposição dos agentes do território que aceitem esta reconversão tal e qual ela pretende ser feita. ----------

A proposta é da CCDR Centro, é proposto ao Governo e este propõe a Bruxelas. Quanto à oposição do Médio Tejo houve alguns concelhos que se calhar olharam um pouco mais para o seu "umbigo", no caso de Abrantes vendo que fica mais central numa comunidade que vai desde Alcanena até

Idanha a Nova e que votou a favor. Naturalmente a Comunidade, claramente se dividiu, houve 6 votos a favor em 11 votantes. Concordo com o Presidente da Assembleia, este assunto tem de passar para além dos Presidentes da Câmara, porque os agentes do território (politécnicos, empresas) devem ser ouvidos. ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "Há 2 ou 3 anos atrás, quando o problema das Scut's, não se tomou uma posição porque não se tinha nada em concreto, que não dizia respeito a nós porque não era das Estradas de Portugal, era de um concessionário. ----------

Em relação à reorganização das freguesias não é nada connosco, ainda não saíu nada, quando sair discute-se então. ----------

Posto isto, em relação às Comunidades Intermunicipais nem vão dar oportunidade a ninguém de se pronunciar, porque quando dermos por ela já está tudo decidido. Devemos todos olhar para o passado. Sei que o Presidente da Assembleia está indignado como eu estou e só soube agora. Já não me afecta muito pois já está a ficar habituado a que as coisas sejam decididas, sem se quer falarem com os interessados e quem estiver interessado em decidir nem sequer vai ouvir os presidentes de Câmara, porque nós estamos numa atitude de passividade, tivemos com as SCUT'S, pois tudo está a ser imposto quer deste Governo quer do Governo anterior e neste momento o que se está a passar em Portugal por parte dos cidadãos é uma passividade e quem vai decidir não vai dar "cavaco" a ninguém. Voto esta Moção como príncipio pois não sei o que está por detrás. Lembro que quando foi as SCUT'S muitos não quiseram votar porque não tinham conhecimento de nada. O Presidente da Câmara falou de uma coisa muito importante, o dinheiro e nós temos de ter uma posição mais contudente, isto pode vir a reverter contra nós porque entretanto vamos ficar desfavorecidos na comunidade onde iremos integrar se as assembleias acharem que isso é bom perdermos esse poder, se calhar também é melhor fechar as assembleias municipais. O que se está a fazer agora é a consequência daquilo que nós deixamos fazer no passado e deixem passar mais um pouco que a unificação dos Municípios vem a seguir e vem com tanta força que nós nem damos por ela." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Senhor Presidente fiquei baralhado com a sua intervenção, mas houve votação dos Presidentes de Câmara, se sim quando, porquê e com que legitimidade." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – Desejo um Bom Natal e que o próximo ano seja bem melhor do que aquilo que todos esperamos de acordo com as notícias e comentários feitos pelos comentadores. Gostei de ouvir, tal como tinha gostado de ouvir na última Assembleia, o secretário da mesa o Senhor Deputado Inocêncio Cruz. A verdade é que só temos interesse em ouvir os outros quando convém, foi por isso que as populações das Freguesias deste concelho em relação à sua agregação nunca foram ouvidas e não houve com excepção dele (Inocêncio) qualquer preocupação em relação a isso e inclusíve eu prórpio não tive possibilidades de concluir o meu raciocínio nessa data. O que aqui hoje está em jogo, doa a quem doer é querer ganhar hoje o que se perdeu ontem." ----------

= Intervenção da Senhora Deputada Maria José – "Feliz Ano Novo e Bom Natal para todos. Pego nas palavras do colega Inocêncio que está hoje como secretário e reforçar um pouco a ideia do Senhor Eduardo, numa expressão que o Senhor Presidente da Assembleia utilizou que foi basta. De facto, a uns anos para cá aceitamos tudo e depois parece que as pessoas estão passivas mas não sei se estarão e se estiverem é só até um certo ponto. Não temos dados suficientes para poder ter uma opinião." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "É para reforçar o que o meu companheiro de bancada Eduardo de Oliveira disse quando da junção das Freguesias deste concelho, nada foi permitido, agora uma situação não tão gravosa, o alargamento da Comunidade Intermunicipal, que afinal houve discussão, não se entendem. Se os Presidentes da Câmara tivessem chegado a um consenso este documento hoje não estava aqui a ser discutido e está porque o Presidente da Câmara não concordou. É triste porque os assuntos só vêem à Assembleia quando convém. Porque é que também não discutimos a junção das Freguesias aqui no concelho? Agora estamos preocupados por a Comunidade Intermunicipal ir alargar, é natural pois os pequenos concelhos vão perder, assim como a fracção política. O problema é que depois vêem os Municípios grandes que têm o comando e nós somos umas bolinhas pequenas no meio das outras. Eu não sou nenhum joguete e vou votar contra esta

Moção porque do ilucidado que já fui estou a ficar muito preocupado pois estou a sentir-me um joguete de toda a situação. Certamente há razões de preocupação como o alargamento, mas têm de dar razões palpáveis." ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Penso que não fui suficientemente claro e quando o Senhor Deputado Paulo Tavares faz uma intervenção deste tipo esquece que já tive intervenções que eram de opinião contrária de toda a gente. O problema que está em causa é que nenhum de nós sabe discutir este assunto porque não há informação, esse é o grande problema. O que eu pretendo com isto é venha às Assembleias para ser discutido e a decisão ser tomada colectivamente." ----------

-**= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares –** "O Senhor Presidente da Câmara foi o próprio a referir que se este assunto vier às assembleias e houver barulho até pode ser que se mude a Lei ou o que está decidido. Foram perentórios, porque se o Senhor Presidente da Câmara estivesse de acordo e os outros Presidentes como em outros assuntos até mais importantes não vinha à Assembleia para ser discutido." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "A questão desta Moção é se estamos ou não de acordo ou dispostos a ser integrados nesta Comunidade Intermunicipal que vai desde Alcanena até Castelo Branco."-------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

Em relação à questão das Freguesias deve haver algum equívoco. Discutiu-se e andou-se a discutir o livro verde, o livro azul durante mais de um ano. O facto de Vila Nova da Barquinha deixar de ter freguesia não sinto que tenha de facto acontecido nada de especial e as pessoas hoje sabem e reagem da melhor maneira de Vila Nova da Barquinha deixar de ter freguesia. ----------

Houve votação na Comunidade Intermunicipal porque o Presidente da CCDR esteve hoje com todos os Presidentes na Comunidade Intermunicipal onde apresentou os seus argumentos. Nós não decidimos, aqui não se trata de perder ou ganhar pois eu fui eleito para defender os direitos do concelho. Na minha visão sobre a região acho que vamos perder se isto vier a acontecer. Eu, na defesa dos direitos de Vila Nova da Barquinha é que tomo estas posições como outras. Houve uma votação e eu fui daqueles que vejo completamente desfavorável o alargamento até Castelo Branco e Idanha a Nova e não há aqui nenhuma questão de partidos, porque as pessoas dividiram-se."----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Com o devido respeito não percebi a sua resposta, afinal qual foi o sentido da votação, continuo sem perceber quais são os Municípios que estão contra e a favor. "----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

" Não me cabe a mim e já referi qual foi o meu sentido de voto, ninguém estava ligitimado e não é de bom tom estar a dizer quem são. O que posso dizer é que fui um dos que suscitei que se clareasse a posição de cada um." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Houve uma clara divisão?" ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

"Houve uma clara divisão e é preciso ver que quando estamos a falar de questões de ordenamento do território, questões com alguma complexidade deve de haver largos consensos e só o facto de ter havido uma larga divisão como houve é lógico que alguma coisa não está bem." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Era o que eu pretendia saber se se confirmou essa divisão ou não, o que houve é importante saber. Para não intervir no período antes da ordem do dia realço já três aspectos essenciais, um deles tem a ver com esta situação e com a situação das freguesias. Há muito pouco tempo houve um debate na televisão onde foi perguntado muito claramente logo no início do debate ao Senhor Secretário de Estado para informar quanto é que custava a extinção e agregação das freguesias, qual o benefício que ia dar ao país. Supreendentemente ou talvez não o Senhor Secretário de Estado explicou e informou que não sabia e que não tinha perdido tempo com essa questão, pois não era muito relevante, mas depois passou o debate todo do programa a referir que afinal havia uma redução de custos. Eu faço das minha palavras as do Senhor Presidente da Assembleia e referir que há muita incompetência à mistura. Quando o Senhor Presidente da Câmara, e bem, diz que está em defesa dos direitos de Vila Nova da Barquinha, apelo ao Senhor Presidente da Câmara e restantes que façam parte dessa divisão que "obriguem" as próprias Assembleias Municipais a terem que se pronunciar e sem isso não possa haver nenhuma reunião onde esses tipos de assuntos possam ser debatidos. Eu até ao momento fui uma pessoa que falou muito pouco sobre a extinção das freguesias, mas tenho falado muito pouco porque o processo é "ferido" à nascença por ser mal

conduzido pelos próprios autarcas. Estamos na altura de ser politicamente incorrectos e não é com manifestações e com esses tipos de coisas que se resolve, pois já se percebeu que este Governo é autista, não houve ninguém, que este Governo vive num cenário que ninguém conhece. Questiono, 13 mil autarcas não têm poder suficiente para de uma vez por todas não deixar este processo não andar para a frente? Como podemos fazer? É deixar chegar às eleições autárquicas e se não houver eleições em 1300 freguesias quero perceber como vão resolver este problema. Isto faz parte de uma estratégia de centralismo puro e não foi por acaso que veio já na comunicação social e podem querer que os Municípios vão a seguir. Atira-se para o ar para ver com caí e os senhores autarcas andam aqui a aceitar estas coisas de bom tom e a ceitar ter reuniões com os senhores da CCDR que querem decidir pelos senhores autarcas que foram legitimamente eleitos. Já estou como o Senhor Presidente da Assembleia, chega disto! No que respeita às freguesias garanto-vos se todos os autarcas e digo por mim, que se a minha freguesia fosse para ser extinta garanto-vos que eu trabalharia tudo o que fosse ao meu alcance para que não houvess eleições. Isto em 1000 Freguesias o país não andava para a frente. Relativamente a esta questão volto a relembrar aquilo que propus e espero que quem está a representar a Assembleia Municipal e o Município de Vila Nova da Barquinha na Comunidade Intermunicipal que na próxima Assembleia que sejam claros nos assuntos que se estão a debater, nós não aceitamos que outros decidam por nós. A Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha deverá pronunciar-se."----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "O Senhor Presidente da Câmara aceita que a Comunidade possa integrar os Municípios do Pinhal Interior Sul? Só não aceita é que não entrem os outros." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

"Todos os Municípios do Pinhal Interior Sul já trabalham e já têm contratualizado os fundos comunitários com os Municípios do Médio Tejo. Relativamente à possibilidade de num contexto desses em que aquela comunidade não tem viabilidade porque tem menos de cinco Municípios e menos de 90 mil habitantes aqueles que se quisessem integrar haveria qualquer alteração substancial do próprio Médio Tejo. Ela continua com as

mesmas características e apenas com alguns pequenos Municípios que aí integravam." ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Se querem associar Comunidades tem mais lógica associar-mo-nos à Lezíria, mas ninguém fala nisso. Vou dar conhecimento a todos os Presidentes da Assembleia da nossa área, inclusive vou solicitar junto do Presidente da CIMT a convocação de reunião extraordinária para termos acesso à informação global, para termos informação para tomarmos uma opinião." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "Se sai-se tanto a perder com a integração do concelho com Castelo Branco na CIMT porque não integrar-se na Lezíria tal como o concelho vizinho, Golegã." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara expôs o seguinte: ----------

"É uma reação quase institiva que temos, só que temos um problema para que isso aconteça pois estamos a passar entre duas NUT'S, de uma NUT 3 que é o centro para uma NUT 2 que é o alentejo, o que é complicado e possívelmente só teria efeitos a partir de 2020 essa nossa decisão, porque as alterações das NUT's 2 estão fechadas e as NUT'S 3 vão fechar possívelmente em Janeiro."----

Posta à votação a Moção esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, Valter Caldeira e Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP e 2 abstenções dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU; --

A Senhora Deputada Maria José Martinho leu um texto sobre "O Natal dos desempregados" **(anexo 4)** ----------

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

Após as inscrições para a intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Tomóteo – "Os senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal são as melhores testemunhas que a CDU sempre defendeu o turismo como um elementos muito importante no desenvolvimento económico do concelho. Desde os primeiros fundos comunitários que foram atribuídos à região e autarquias sempre acreditamos que o concelho dispunha de recursos naturais, dum património cultural e de uma geografia, dada a centralidade que o concelho tem em relação ao eixo

norte-sul e ao eixo-oeste este que conferem uma importância muito interessante do ponto de vista turístico. Tivemos conhecimento através da comunicação social de que a exploração turística do Castelo de Almourol e do Parque Ribeirinho foram atribuídas a uma empresa privada. Quais são os motivos e vantagens que esta opção tem em relação a outras que poderiam ter sido feitas. Como se chega ao valor que aparentemente é referido na peça? Quais os critérios de selecção para esta empresa? ----------
Gostaria também de saber porque é que não nos foi fornecido o protocolo celebrado entre ambas as partes. Nada temos contra a empresa, não conhecemos as pessoas, não sabemos se são do concelho ou fora e na inernet nada encontrei referências à dita empresa. Se nos interessa um turismo de qualidade interessa-nos certamente que o vai promover e nem na documentação que foi dada encontramos alguma coisa. Gostava que este assunto não tivesse sido passado à margem da Assembleia Municipal. ----------
Move-nos o interesse municipal e a qualidade e move-nos o sentimento de que ainda é um sector em crescimento mesmo num contexto económico desfavorável, porque acreditamos que haja maior procura interna com as dificuldades que as pessoas têm para viajar para o exterior, haverá uma maior procura de oferta e de procura externa, isto porque é o efeito preverso da crise que é o do abaixamento dos preços de hotelaria. A região de Lisboa registou durante muitos anos uma redução do preço nas dormida, o que não acontecia há muito tempo. É importante promover um turismo de qualidade para manter as pessoas que na nossa terra vivem deste sector já que há uma economia considerável ligada a este sector da restauração, outros tipos de operadores, fornecedores de todo o tipo de produtos e é importante que pelo menos o Governo Central tenha sensibilidade para perceber o que um aumento do IVA na restauração não tenha capacidade para os poder de qualquer forma ajudar nesta fase. ----------
Uma segunda questão foi falado pelo Munícipe Carlos Dias do desaparecimento de algum património do concelho e para o qual tinha sido aberto um inquérito. Gostaria de saber se há alguma novidade em relação a um facto que nos parece de alguma forma grave, não é uma questão que se deixe para trás e que fique a imagem que a Câmara não trata do património. --
A terceira questão gostaria de saber quem foi o autor ou autores do estudo de

viabilidade económica financeira do CDN que consta no ponto 7 da Ordem de Trabalhos." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira – "Quem são as entidades participantes na Loja Social." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "Alerto que na rua Detrás das Hortas, na Moita do Norte e na Estrada do Cardal há tampas de esgoto levantadas devido ao mau tempo e de ter chovido. ----------

A limpeza dos contentores não sei se continua a efectuar pois continua a haver contentores muito sujos. ----------

Foi doado à Junta de Freguesia da Atalaia o edifício que faz sede da Junta de Freguesia, assim como à Junta de Tancos a Escola Primária, gostaria de saber se vai ser doado algum imóvel à Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo e à Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha. ----------

Se o executivo camarário tem conhecimento de algumas alterações em relação às estruturas militares do concelho, de haver fecho de algumas unidades militares dada a reorganização, que pelo o que ouvi vai fechar a Escola Prática de Engenharia. ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "Voltando ao turismo, na última assembleia foi abordado este tema do qual volto a questionar, é o acesso ao Castelo de Almourol. Esta questão foi posta na última assembleia pelo Deputado Inocêncio Cruz e fiquei sem entender como é que se pode fazer o acesso ao mesmo, se pudemos ou não individualmente visitar e quanto é que se paga. Como é o pagamento do barco em relação à Junta de Freguesia de Tancos que até agora o tem explorado. Agora se passando isso para a empresa como é que funciona? Solicito que me seja facultada cópia do protocolo estabelecido com a EPE onde fala que os pagamentos ao barco são feitos para pagar a limpeza do castelo. A receita é toda para a limpeza ou é uma parte para a Junta de Freguesia de Tancos e outra parte para a empresa. Como vai funcionar? ----------

Uma outra questão é quantas pessoas estão interessadas em construir jazigos no Cemitério Municipal, porque conforme consta na acta nº24 de 21 de Novembro de 2012, foi aberta essa possibilidade e se há essa necessidade.-----

O que se passa com a arquitecta Tânia Pereira e o Protocolo com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.----------

Em relação ao contrato de gestão de resíduos devia ser um ponto da ordem de trabalhos da sessão da Assembleia e não consta, será que não é necessário vir? Já não há interesse em vir à Assembleia? ----------
Em que ponto de situação estão os problemas de ambiente na Freguesia da Praia do Ribatejo, nomeadamente com a Etar das Madeiras." ----------
= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Foi aprovado uma Moção relativamente às portagens na A23 e ao fim da discriminação positiva em que se pretendia interpelar o Governo. Gostaria de saber se essas perguntas foram feitas, se já vieram as respostas e qual o ponto de situação relativamente a isso. A propósito de portagens, o Senhor Presidente já falou no assunto e quero reforçar porque o mesmo é muito importante. A Junta de Freguesia da Atalaia também fez uma queixa à Provedoria da Justiça em que já houve resposta, mas é preciso reforçar, que referiu que na prática está tudo ilegal e que recomenda que as pessoas recorram à justiça para que ela seja feita. No caso da Junta de Freguesia da Atalaia lembramos que temos ainda uma ação a decorrer no Tribunal, da qual vamos aguardar essa decisão, se bem que um dos objectivos era trancar o processo logo no início. O Tribunal não nos veio dar razão mas esperamos que com o decorrer da ação a justiça seja feita, contudo, é preciso reforçar que a Junta de Freguesia da Atalaia, na altura própria informou viamente que se opuseram e demonstraram essa injustiça, que era a implementação de portagens sem ser publicado em Diário da República, quando para uma simples contratação de um colaborador é preciso a sua publicitação. Espero que seja feita justiça e vou apelar também à Câmara Municipal para que brevemente possamos em conjunto com a Junta de Freguesia da Atalaia fazer uma divulgação adequada desta informação do Provedor. Informo que esta Assembleia e nós autarcas devemos atuar antes das coisas acontecerem e não quando já estão feitas e tem a ver com um problema do qual fomos confrontados nos últimos dias, o caso dos CTT. É uma coisa extraordinária, uma associação que se diz defensora das freguesias, ANAFRE, renegociou com a Administração dos CTT o protocolo na qual se ia fazer uma actualização remuneratória das contrapartidas do funcionamento dos postos de CTT. No caso da Atalaia e para que fique claro e não haja uma tentativa de aproveitamento político como às vezes se tem tendência natural a fazer, nem sequer está, não esteve e não estará em causa a manutenção do

posto dos CTT na Atalaia, mas de facto só para informar que a administração dos CTT decidiu unilateralmente com base num suposto acordo feito com a ANAFRE em reduzir cerca de 50% a contrapartida financeira para a Junta de Freguesia da Atalaia, obviamente neste momento estamos a estudar o assunto e vamos interpolar a ANAFRE sobre a situação, já nos opusemos em sede própria aos CTT e vamos continuar a fazer, mas é mais um pequeno exemplo de tudo aquilo que se está a passar. ----------

----Informo também a assembleia no politicamente correcto que hoje estive presente no congresso da ANMP e tal como hoje aqui, quando estavamos a votar a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia encontrei uns "tiques" daquilo que os autarcas por vezes confundem, aquilo que é o interesse da defesa das populações com a política e vem agora provar-se que quando é hora de defender os interesses das populações às vezes as pessoas esquecem-se, olham para o logotipo e não olham para a defesa dos interesses do Município. Aquilo que eu assisti e não veio a público o que lá se passou foi um paupérrimo serviço de alguns autarcas que não vou dizer quais eram as forças políticas, são péssimos exemplos na defesa das populações e depois chegamos à conclusão que o governo perante a tentativa de fracionar os autarcas quando é preciso mostrar força, unanimidade e determinação existe esta divisão depois não se venham queixar aqui D'El Rei." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhores Deputados do seguinte: ----------

"- A promoção turística continua a ser uma responsabilidade da Câmara Municipal, o que se tentou foi juntar um conjunto de pequenas tarefas que isoladamente não tem qualquer sustentabilidade para poder criar alguns postos de trabalho e por outro lado desonorar a Câmara de ter determinados serviços ao fim de semana pois a administração pública não tem grande flexibilidade e nós estamos numa altura de aperto com dificuldades de dar horas extraordinárias, e cada vez abrimos mais equipamentos. A obra do posto de turismo vai começar a dois de Janeiro, do qual já foi celebrado o contrato. O Posto de Turismo terá que estar aberto e só o facto de isso não ter custos para o Município será muito vantajoso. ----------

Não houve nenhuma concessão do Castelo de Almourol e do Parque Almourol. Uma atividade muito específica que são as visitas guiadas, os grupos que

assim o pretendam no parque ribeirinho ou no Castelo de Almourol poderão solicitar. As visitas ao Castelo de Almourol são pagas, o acesso à ilha, a empresa não tem nada a ver com esta cobrança, é uma receita que quem está a gerir as passagens, esta receita serve para o serviço de manutenção de limpeza do castelo, manutenção essa feita pela Junta de Freguesia de Tancos. Relativamente à empresa se pretenderem uma visita guiada é um custo que é acrescido, mas nada tem a ver com a entrada e / ou limpeza do castelo. O fato de irmos por esta via é uma forma que se vai tentar e espero que haja sustentabilidade, de alguma forma dar alguns postos de trabalho a uma empresa e do ponto de vista da autarquia que ela fique desonorada de recursos humanos. ----------

- Em relação aos documentos desaparecidos está esclarecido, houve um inquérito a uns anos atrás efectuado pelo Senhor Sousa, os documentos exixtem, foi respondido ao requerente. Um deles, o mais importante está no Politécnico de Tomar para ser feitas algumas reparações. ----------

- O estudo de viabilidade foi feito pelos Serviços Municipais, pela Drª Nádia Irra que coordenou este estudo. ----------

- Na Loja Social estão envolvidas todas as IPSS do concelho, a Fundação Drº Francisco Cruz, o Centro de Dia das Madeiras, o CPA e a Santa Casa da Misericórdia, para além destas a Cáritas, as Conferências Vicentinas, o Projecto Patas e a Câmara Municipal. ----------

- Relativamente aos imóveis doados e se temos alguns para doar à Junta da Praia do Ribatejo e a Vila Nova da Barquinha, digo, que se houver algum bem que nos tenha custado tanto como esses que doamos quer à Atalaia quer a Tancos daremos com todo o gosto mas tem é que ter essa condição não ter custos para a Câmara. A aquisição por parte da Câmara destes imóveis foi utilizar um decreto lei que possibilitavam às escolas antigas através de registo, a que a propriedade desta se transferissem para os Municípios. O custo foi apenas o registo notarial. ----------

- Quanto às reformas das instituições militares, não tenho conhecimento de alguma alteração e julgo que em termos estratégicos houve a um tempo atrás de toda a região de Abrantes, Santa Margarida e Tancos, Tomar de centrar uma boa parte do exército, foi publicado o número de efectivo do qual há uma descida de 2%. É um assunto que não conheço e espero que não seja verdade,

pois havia um impacto muito grande para o concelho se houvesse o fecho das unidades militares. ----------

- Em relação aos jazigos é um assunto que no projecto inicial contlemplava espaço para cerca de seis, tenho sérias dúvidas se será boa política atribuí-los, mas como o projecto inicial previa, embora não sei até que ponto é viável. Este assunto é um pouco delicado para as pessoas, o facto de lidarem com a morte.

- Sobre a arquitecta Tânia Pereira houve um protocolo, mas na intereção da técnica com os serviços da Câmara, concluímos que havia um conjunto de incumprimentos e um conjunto crescente de exigências para a realização do trabalho. As informações internas foram extremamente negativas e decidimos nos termos do protocolo cessar por incumprimento. ----------

- Relativamente ao contrato de gestão de resíduos de não ter vindo à Assembleia Municipal foi falta minha, são muitas coisas, os decretos Lei saem uns atrás dos outros e não foi possível fazer um trabalho de fundo dos contratos e da necessidade ou não de haver alterações, mas comprometo-me a trazer à sessão da Assembleia de Fevereiro para retificar ou não. ----------

- Em relação às ETAR'S é um processo que ficou parado e demorou mais tempo porque envolveu-se as unidades militares. As unidades militares com as exigências das Águas do Centro comunicaram no segundo semestre à Câmara Municipal que não estariam interessados na ETAR comum. O projecto está a realizar-se, a Câmara está a candidatar-se ao POVT no saneamento básico em baixa das Madeiras e em alta neste momento, as Águas do Centro estão a elaborar o projecto não no Seival mas mais próximo da Praia do Ribatejo. ------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "Senhor Presidente da Camara como está a funcionar a região de turismo? Se bem se recordam as regiões que conheciamos acabaram, criaram-se cinco regiões de turismo condizentes com as áreas das CCDR, e não faço a miníma ideia como anda a ligação com regiões de Turismo." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "Em relação às visitas guiadas por parte da empresa turística, essas visitas guiadas ao parque de esculturas, ao Castelo de Almourol e à Igreja da Atalaia é da exclusividade da empresa ou não. É preciso verificar se essa empresa tem ou não competência legal para fazer visitas guiadas, pois como sabe é preciso estar dentro de

alguns esquemas. Se é exclusivo da empresa quais são as contrapartidas que o Município vai receber." ----------

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhores Deputados do seguinte: ----------

"Relativamente às regiões de turismo tudo isto se insere um pouco no caus territorial que estamos a viver. Falamos nas CIMT que estamos na iminência de ir para Castelo Branco. Em termos de Ordenamento do Território trabalhamos com a CCDR de Lisboa, depois somos chamados para seguirmos a monotorização do PROT de Lisboa e Vale do Tejo, assim o que está neste momento a acontecer é que cada setor de actividades do estado está a defenir o seu território, como o fato de terem acabado com os Governos Civis que era a única autoridade civil em termos distritais. No turismo foi aprovado a relativamente pouco tempo uma série de regiões e o que se fala é que entretanto já há duas alterações a essa própria aprovação, em conselho de ministros. Isto diz bem, que a nível do ordenamento do território tinha de haver um território a servir todas as áreas. ----------

-Em relação às visitas guiadas aos dois monumentos nacionais e ao parque de esculturas só há hipótese de ganhar o mínimo de sustentabilidade se essa empresa tiver a exclusividade relativamente a essa ação em concreto, toda a gente pode ver os monumentos em causa mas quem tem a possibilidade de fazer as visitas guiadas é a empresa de turismo. ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "Os guias turísticos que eu saiba, são os únicos que podem trabalhar nesta área em Portugal." ----

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhores Deputados do seguinte: ----------

"Está previsto disponibilidde do IPT (Instituto Politécnico de Tomar) de haver formação nestas áreas, pois se não houver exclusividade, não se consegue arranjar o mínimo de sustentabilidade." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "Eu sendo professor de história não posso ser guia. Em Lisboa são os guias turísticos e mais ninguém." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Volto a insistir que é necessário vermos o protocolo que foi firmado entre as partes e parece-me importante que a assembleia tenha conhecimento do protocolo para sabermos

de facto em que condições é que a empresa vai operar. Quantos concorrentes houve e quanto tempo durou o concurso. ----------
Em relação às regiões de turismo uma bastava para cumprir o papel, porque cumpre o papel que há região e que há turismo." ----------
= Intervenção da Senhora Deputada Maria José – "Uma pequena provocação que tenho. Eu vivo na Atalaia, vou precisar de pagar para ir à Igreja, porque se não, como é que a empresa vai fazer dinheiro se eu tenho acesso ao produto que eles querem vender." ----------
= Intervenção do Senhor Deputado Manuel da Costa – "Só cá venho de vez enquando substituir mas dá-me impressão que os senhores deputados só conhecem a Atalaia, Moita e Tancos, pois nas Limeiras ninguém fala. Estou satisfeito com o alargamento da estrada porque era um perigo diariamente percorre-la, muito obrigado.----------
Quanto às ETAR'S, saneamento básico, não ouvi falar das Limeiras, mas é uma necesidade muito grande porque eu pago cerca de quarenta euros dos despejos da fossa e daqui a oito dias está cheia novamente e com a entrada no bolso que o Governo me vai fazer, não sei como fazer. Deveria pensar-se no saneamento básico. ----------
Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhores Deputados do seguinte: ----------
"Relativamente à empresa de Turismo não é um protocolo mas sim um contrato, do qual ser-lhe-á dada uma cópia, assim como todos os elementos.--
Para visitar a Igreja da Atalaia não paga já o Castelo de Almourol tem de pagar dois euros, para visita guiada conforme o número de pessoas assim é o preço.-
- Relativamente ao saneamento da Limeiras, agradeço as suas palavras em relação ao esforço que a Câmara está a fazer pois é uma situação à muito reclamada pela própria população. ----------
-Em relação às bermas baixas nalgumas partes das estradas municipais, já foi feita na Fonte Santa uma parte entre as Madeiras e Limeiras e agora estamos no Cafuz a fazer um alargamento quer nas curvas quer nas zonas de berma baixa. É um trabalho que está a ser feito dentro das nossas possibilidades por administração direta. ----------
- Em relação à limpeza de fossas é uma situação que também nos preocupa e e vai haver uma deliberação no sentido de isentar uma limpeza por ano a

quem não tem saneamento básico. Por uma questão de regulamento não perimitia a pessoas singulares e como não podíamos tomar deliberação teremos de aguardar a referida alteração ao regulamento. Na quarta feira passada deliberamos o inquérito público e deve estar a ser publicado. Esta alteração ao regulamento de tabela e taxas vai possibilitar reduzir os custos. --

= Intervenção do Senhor Deputado Manuel da Costa – "A estrada das Limeiras tem muito trânsito, foi construída para carros ligeiros mas com grandes empresas a laborar, com grandes máquinas, a sua deterioriação é cada vez maior. A empresa Cortibet tem uma grua a mais de seis ou sete anos em cima do alcatrão e nós temos de desviar para passar. As grandes máquinas são carregadas e descarregadas em cima do alcatrão e fazem grandes buracos na estrada. Neste momento com os buracos os carros tem de ir a dez km/h e quando chove ainda pior." ----------

----- ATENDIMENTO AO PÚBLICO **----------**

----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveu-se o Senhor Munícipe Carlos Dias; ----------

Munícipe Carlos Dias – "Pergunto ao Senhor Vereador Freire se já foram encontrados os livros "Serão de Tancos". ----------

O brasão encontrado no convento do Loreto e face à lei da altura, devia ser entregue ao Muncípio ou no mínimo ao Museu de Engenharia visto estar em terrenos militares. Como foi referido que tinha estado aqui na Câmara e o Senhor Presidente disse que não tinha conhecimento, pergunto ao vereador Rui se teve conhecimento, se esteve na Câmara e para onde foi. ----------

Em relação à carta régia D. Maria II fico satisfeito que ela tenha aparecido, mas quando ela desapareceu foi feito um inquérito e eu pergunto se as pessoas que foram inquiridas na altura foram informadas que afinal tratou-se de um equívoco, que o documento apareceu. Peço a algum deputado desta Assembleia que peça para ser constituída uma comissão para outros documentos que havia junto a esse, nomeadamente fotografias do funeral de António Gonçalves Curado, um documento que referia a passagem do Castelo de Almourol para o domínio militar e ainda outro documento que tinha a ver

com o antigo quartel dos Bombeiros. ----------
No que respeita ao posto de turismo em Abril foi publicado, foi adjudicado mas preocupa-me como é que este foi posto a concurso e atribuído sem que as obras tenham começado." ----------
Fiquei sensibilizado com o Presidente da Assembleia por causa de alguns documentos que deviam vir à Assembleia para ser discutidos e não vêm. -------
Refiro que antes da última assembleia mandei um requerimento e ainda não obtive resposta, agradecia resposta.----------
Pergunto porque é que as atas da Câmara e Assembleia demoram tanto tempo a serem publicadas no site." ----------
Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu o Senhor Munícipe Carlos Dias do seguinte: ----------
" O documento do qual chamam foral, é o documento que há uns anos se questionou o seu paradeiro, fez-se o inquérito e era o documento que ali estava guardado. Nunca esteve desaparecido. Há muitos documentos na Câmara e alguns deles não estão no arquivo estão num cofre na tesouraria da Câmara. Sobre o brasão não tenho conhecimento. ----------
- Sobre o posto de turismo antes assim que ao contrário, pois se tivesse fechado e depois abrissemos o concurso público era pior. Desejo que tenha a maior sustentabilidade. O concurso tem as suas vicissitudes, a adjudicação foi feita e temos cumprido todas as normas e mais algumas e terá o seu início em Janeiro para no início do verão estar em funcionamento e a empresa também terá assim mais tempo para se preparar. ----------
- Em relação às actas irei deligenciar para que sejam colocadas no site com a maior brevidade possível." ----------
----------////----------
Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que se fez pelo período de 10 minutos. ----------
----------////----------
Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----
O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º,

da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 5)** ----------

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira – Por motivos de não gravação da intervenção do Senhor Deputado Valter Caldeira, não foi feita a sua transcrição na íntegra. O Senhor Deputado Valter questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a questão dos transportes escolares, mais precisamente aos lugares dos autocarros. ----------

= Intervenção da Senhora Deputada Maria José – "A minha questão prende-se com a Educação. No final da página nº1, onde diz plataforma de ensino assistido estamos a falar de modle, da página da escola, Elearning ou blandelearning. Eu sei que futuramente teremos modalidades de ensino que prendem-se com o ensino em comunidade, ou seja, comunidades educativas, mas, o que me parece um bocado estranho é isto estar aqui e o porquê? Talvez porque ao que parece através da Internet esta plataforma de ensino assistido, tendo vários utilizadores incluíndo a Câmara, não estou a pôr em causa a sua legitimidade, não está correcto, pois devia ser restrita porque nela se criam as turmas, há a gestão dos alunos que são da competência da escola, há coisas que são específicas ao trabalho do professor, dos coordenadores e a própria aprendizagem do aluno. Caso a comunidade for muito alargada pode trazer problemas o seu acesso, a não ser que eu entendi mal o mencionado na informação escrita e não é nada disso que se trata." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "Não vem nehuma informação sobre o PAEL, se este foi aprovado, se a Câmara já recebeu e se já pagou. No caso de ter pago questiono se ainda falta algum pagamento.----------

Em relação ao orçamento do corrente ano nesta data os dados que foram fornecidos indicam que está cumprido a 65% a receita e a 60% a despesa. -----

Na ata vinte e três de catorze de Janeiro de dois mil e treze a Câmara Municipal atribuiu à Loja Social, através da issência e partilha cinco mil euros, no orçamento para o projeto Loja Social tinha quinze mil euros que entretanto foram reduzidos para seis mil euros que entretanto só gastaram duzentos e quarenta e oito euros. ----------

Para a Junta de Freguesia de Moita do Norte estava atribuído quinze mil e quatrocentos euros e só foi entregue dois e setecentos euros. O porquê tendo em consideração que para a Atalaia dos vinte e nove mil e quatrocentos euros foram pagos vinte e cinco mil e quatrocentos euros, para a Barquinha dos quinze mil e quatrocentos euros foi pago a totalidade." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Esta página dois da informação escrita parece arrancada dum conselho geral de um agrupamento de escolas porque os itens que vem mencionados fogem um pouco do domínio autárquico, ou daquilo que é a decisão autárquica. Sobre a educação era importante que em termos de ofertas educativas, pelas vias profissionalizantes saber se o agrupamento pode ou não optar mais por algo que corresponda com as necessidades efectivas do concelho em termos de emprego, tais como, cursos de formação de serviço de mesa ou ligados à restauração. A oferta é muito vasta e aí a a Câmara poderá dizer no conselho geral e fazer ouvir a sua voz e consequentemente a Assembleia deve ter esse conhecimento. ----------

Acolhemos com agrado a ideia dada por nós a um ano atrás sobre a criação da horta comunitária, é a concretização de um projecto, é algo que terá procura e terá os seus frutos. ----------

Não desistimos também de na área social, como na altura tivemos oportunidade de sugerir que pudesse ser prestado um apoio técnico ao domicílio das pessoas mais desfavorecidas, das pessoas que são beneficiárias do cartão do idoso, ou casos que estejam assinaldos pelos serviços de ação social. ----------

Por último gostaria que o Senhor Presidente nos ajudasse a compreeender o valor em que termina o mapa financeiro do Município a 10 de Dezembro de 2012, o valor de 19.525.075,38€."----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "A escola D. Maria II vai precisar de manutenção especializada e a escola do 1º ciclo não necessita? ----

O que está previsto para os edifícios escolares da Freguesia da Praia do Ribatejo. ----------

Questiono se Issência e Partilha é uma associação, a quem pertence e o que é? Qual a localização da Horta Social. ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: ----------

= Transportes Escolares - "Relativamente aos transportes escolares a questão é que quando aparece o quadro na página 4, esses 27 lugares e 41 lugares é a identificação do tipo de autocarro. Há situações onde o autocarro tem de fazer 2 voltas e o número a que refere o Senhor Deputado Valter 40 mais 71 é porque o transporte é feito em dois autocarros. ----------

= Plataforma de ensino - Relativamente à plataforma de gestão, é uma plataforma que tem valências diversas e um encarregado de educação tem visibilidade parcial, os órgãos de gestão tem um outro papel e o nível da autarquia tem um outro nível de acesso também diferenciado que diz respeito às AEC'S, as refeições, os estágios, os transportes. É uma plataforma de gestão onde entram vários intervenientes com níveis de acesso distintos. -------

= PAEL - Em relação ao PAEL foi celebrado um contrato, no dia útil seguinte enviamos para o Tribunal de Contas para visto, o que é um paradoxo pois o PAEL tem uma legislação própria, é um empréstimo que é feito pelo prórpio estado, o que obrigou a uma série de estudos e a aprovação pela própria DGAL. O Tribunal de Contas, questionou-nos uma série de informações, respondemos num prazo de 2/3 dias úteis e neste momento esperamos o visto do Tribunal de Contas para que possamos solicitar a verba. ----------

= Receita e Despesa - Relativamente ao deferencial entre a receita e a despesa tem a ver sobretudo com um valor que temos em caixa, dado que o próprio PAEL é apenas um financiamwento parcial a 90% e a Câmara tem de ter algum valor em caixa e até ao final do ano ainda iremos fazer uma série de pagamentos. ----------

= Loja Social - Em relação à Loja Social quando aprovamos o orçamento para 2012 nós colocamos a hipótese da intervenção ser feita através de uma empreitada e conseguimos canalizar os recursos para que o trabalho fosse feito por administração direta, daí se notar a diferença. ----------

= Issência e partilha - A Issência e Partilha não é uma IPSS mas uma associação que trabalha nesta vertente social, é um dos parceiros em que em reunião de conselho de parceiros foi a entidade escolhida para no 1º ano ser o órgão executivo, daí aparecer para o ano 2013 a comparticipação de cinco mil euros. ----------

= Protocolos Juntas - Relativamente às Juntas de Freguesia o deferencial deve-se sobretudo a 2 fatos, no caso da Atalaia eu lembro que existe um

protocolo específico relativamente ao campo de futebol da Atalaia, onde toda a gestão é da responsabilidade da junta de freguesia e todos os anos a Câmara está a transferir cerca de vinte mil euros. Relativamente à Barquinha há o caso específico de dez mil euros que são afetos à limpeza do parque ribeirinho durante o fim de semana, daí que estas duas Juntas acabem por ter um valor superior relativamente às restantes. ----------

Registo a oferta educativa, a horta comunitária e as questões sociais. ----------

= Horta Comunitária - Relativamente à localização de horta é um terreno, que nos foi disponibilizado de forma gratuíta na Moita do Norte e que inclusivamente tem água e um poço, e no qual estamos a trabalhar para operacionalizar o projecto." ----------

Ponto Três – Estrutura orgânica do Município, seu Mapa de Pessoal e o Regulamento de Organização dos Serviços. **----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; ----------

A Lei nº49/2012 de 29 de Agosto obrigava os Municípios a aprovar uma nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, o que nos possibilita ter no máximo dois chefes de divisão e um chefe intermédio nível três. Houve uma redução quer na estrutura orgânica quer no regulamento. Achamos que era importante o mapa de pessoal vir neste ponto e não com o orçamento considerando todo este contexto. ----------

É uma alteração que deriva da lei e que obrigatoriamente tinhamos de o fazer." ----------

Dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem inscreveram-se os seguintes Deputados: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "O Senhor Presidente disse que isto decorre da lei, mas aqui foram feitas algumas opções e essas opções foram a criação de duas grandes divisões, uma técnica e outra social. Depois há uma sub unidade orgânica que não tem unidade orgânica, que são os serviços partilhados onde integra grande parte da vida económica, financeira e administrativa do concelho. Se estas alterações decorrem da lei porquê não ter sido atribuída à Divisão Administrativa e Financeira a dignidade de divisão em prol de uma das outras, pois grande parte de toda a dinâmica da Câmara passa sobretudo por essa grande unidade de controlo.

Não concordo que seja atribuído as despesas de representação retroactivamente nem sequer no futuro e acho que tem de ser uma competência da Assembleia Municipal a dar aos seus chefes de divisão, sobretudo por um sistema de igualdade e solidariedade social a não ser quando o chefe de divisão tiver de sair a Câmara deve pôr a disposição todos os meios para ir, agora, receber uma subvenção só por receber não concordo, sobretudo pelo que estão a fazer aos outros funcionários públicos. Cada vez mais estão a tirar os direitos que tínhamos." ----------

= Intervenção da Senhora Deputada Maria José – "No penúltimo parágrafo deste documento é-nos informado que a Câmara decidiu contratar os serviços de uma fundação para fazer o estudo dos seus próprios recursos humanos, o que me causa alguma preplexidade. Por um lado, porque pensamos que o executivo que está à frente da Câmara há muitos anos, conhece muito bem a sua Câmara, os seus funcionários, quais os que precisam eventualmente de modificações, e que poderiam dispensar. Por outro lado, sempre que é visto de fora tem as suas limitações, pois pensamos que quem está por dentro sabe melhor do quem está por fora. Sabemos que é uma imposição, que tem de haver uma redução de funcionários públicos deste país, mas de qualquer forma são mais algumas pessoas para o desemprego e como começamos hoje a nossa reunião com uma intervenção que também disse basta, nós também dizemos basta. Acho que mais tarde ou mais cedo vamos ter de começar a dizer que não às imposições porque se não, caso contrário não sabemos onde vamos parar, hoje é mais uns para o desemprego, amanhã será outras coisas."

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "Uma das questões foi colocada de certo modo pelo secretário da mesa. Gostava de saber qual foi o critério de escolha para que a direcção intermédia escolhesse a divisão municipal de serviços técnicos e desenvolvimento social e não a parte financeira e adminsitrativa. Outra dúvida é o número máximo de unidades orgânicas serem três e depois diz o número de lugares para chefe de divisão são dois, para cordenador técnico um, vamos ao mapa de pessoal e encontramos que o dirigente intermédio segundo grau, no total diz quatro. Gostaria de saber se o actual organigrama que está em vigor na Câmara é ainda o de dois mil e um. Em fevereiro de dois mil e dois escrevi o seguinte:«no final do ano de dois mil e um e após anos e anos de indecisão foi aprovada a

nova organização dos serviços municipais, já publicado em Diário da República e desajustado da realidade do Município. Então não é que salvo erro ou emissão de novos funcionários admitidos não são integrados na estrutura consagrada do quadro de pessoal.» Este assunto demorou onze anos a ser revista." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores deputados do seguinte: ----------

"Refiro que se pudesse votar contra isto votava, pois fazêmo-lo por uma questão de obrigação legal porque isto é uma minorização dos municípios, o estado devia dizer, os senhores não podem gastar mais em pessoal e dentro da sua autonomia, organizem-se. Era isto que devia acontecer e não uma lei cega como está, pois a questão é que a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha tem exactamente as mesmas competências, atribuições que a Câmara de Lisboa e com o mesmo nível de exigência. A água tem de chegar aso senhores com a mesma qualidade que chega em Lisboa, onde estão cheios de chefes de departamento, directores municipais. Quanto à contratação foi uma ajuda pois na área do pessoal a legislação muda diariamente e é impossível não ter algum acompanhamento de gente especializada nesta área que nos ajude a pensar nisto. O facto de escolher uma divisão e não outra, todas têm o mesmo nível de responsabilidade mas uns são serviços operativos e outros são instrumentais. A secção de pessoal não é um fim de si mesmo da própria câmara, é um fim instrumental para que a Câmara prossiga com os fins sociais, as obras, o saneamento. Há aqui uma tentativa de uma lógica de termos um conjunto de pessoas que estão naquilo que é denominado de serviços partilhados e que em termos de gestão de pessoal podem ser afectados conforme as necessidades às várias áreas operativas. Isto é uma brutal injustiça para os pequenos Municípios porque nós temos excactamente as mesmas competências que uma câmara grande. Sendo o nosso Município pequeno, no QCA III fomos um dos melhores Municípios de execução dos fundos comunitários e pela boca do senhor presidente de CCDR estavamos no raceo de utilização de fundos comunitários per capita, em cem municípios na região centro estavamos a uma semana atrás em primeiro lugar e foi com essa estrutura que conseguimos os bons resultados. Infelizmente a lei veio-nos obrigar e podemos poupar muito, podemos gastar pouco mas não temos a

autonomia para orientar os serviços dentro daquilo que seria razoável. O facto do mapa de pessoal aparecerem quatro quando estavamos a aprovar dois mais um é porque neste momento temos quatro chefes de divisão providos e no início do ano tenho de tomar a decisão de os exonorar ou a possibilidade de eles poderem exercer o cargo até ao final da comissão de serviço." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Tavares – "Em relação à Issência e Partilha já fui pesquisar na internet, e é uma associação de voluntários com sede na Rotunda dos Fogueteiros, da Freguesia de Moita do Norte. ----------

Discordo em parte sobre aquilo que teve a frisar nomeadamente os argumentos apresentados no sentido de que muito foi feito em termos de fundos comunitários, não tenho dúvidas que teve excelentes funcionários que deram muito de si, agora fundos comunitários com boa execução, mas que não estão em funcionamento como o Centro Naútico que custou quase quinhentos mil euros e está com teias de aranha no portão, só dá má imagem. Aquilo que foi feito com grandes execuções e com grandes dívidas deviam ser repensados." ----------

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os senhores deputados do seguinte: ----------

"Os chefes de divisão sempre tiveram direito a despesas de representação e a partir de vinte e nove de Agosto, dia em que saíu a lei, depende da Assembleia Municipal se isto valerá a pena para as futuras chefias de divisão ou se a partir do mês de Setembro já não poderia abonar. A interpretação que fizemos aqui nos serviços foi de se manter a chefia de divisão e nos mesmos termos continuamos a abonar exactamente no mesmo contexto que abonamos no mês de Agosto, a todos, mas podendo haver esta dúvida. Nós quando colocamos esse assunto solicitamos desde a aplicação da lei porque se houver alguma inspecção que venha dizer que o mês de Setembro ao mês de Dezembro somos da interpretação de que já se aplicaria esta lei, apesar de no meu ponto de vista não fazer sentido, porque se o indivíduo se mantém com chefe de divisão ele deve receber até ao fim dessa comissão de serviço e a lei aplicar-se-ia apenas para as futuras. Colocando-se essa dúvida, até porque houve municípios que levaram este assunto às assembleias em Setembro, mesmo sem a aprovação da nova orgância, nós colocamos este assunto a a partir da vigência da Lei. ----------

Tendo sido colocada à votação a Estrutura Orgânica do Município, seu Mapa de Pessoal e o Regulamento de Organização dos Serviços, esta foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e 5 abstenções dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e Eduardo de Oliveira do PPD/PSD.CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Inocêncio Cruz do PS, e 12 a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Graha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, aprovar a referida Estrutura e 2 votos contra da CDU, dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Brito e 1 do PS do Senhor Deputado Inocêncio Cruz, 4 abstenções do PPD/PSD.CDS-PP, dos Senhores Deputados Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira, Anabela Quintanilha e Paulo Tavares e 12 a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro aprovar as Despesas de Representação.--

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto Quatro – Regulamento Municipal de Jardins e Espaços Públicos em Vila Nova da Barquinha. **----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; ----------

"É uma situação que não estava regulamentada pelo Município, mas julgo que é pacífica e estarei disponível para eventuais dúvidas, mas não carece de informação suplementar." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Isto é um instrumento para pôr cobro a alguma falta de civismo que se vê por parte dos utilizadores do espaço público, mas contribuíria mais se tivesse mais adaptada à realidade. As coimas são muito pesadas, o que torna difícil a operacionalidade duma coisa deste género. Algumas coisas gostaríamos de ver melhoradas como por exemplo, na alínea d) do artigo 3º não permite que as pessoas circulem na relva, apenas nas passadeiras próprias, pois quem for

fazer uma leitura restrita disto de fato, faz uma grande fonte de receita, no verão resolve-se o problema financeiro da Câmara. É lamentável que se tenha de incluir num regulamento deste uma alínea como a alínea K) «destruir ou danificar peças dos sistemas de rega, nomeadamente aspersores, pluvirizadores…», e que as pessoas não compreeendam o prejuízo que causa. A alínea s) também me parece um pouco restrita em relação à prática de actividades desportivas, pois duas pessoas com uma bola pode ser considerada uma prática desportiva e a partir daí podem ter de assumir responsabilidades, que concerteza não seriam essas que o Município queria imputar. Há aqui uma gralha certamente no ponto três, do artigo terceiro, onde diz alínea u) deve ser alínea v). Senhor Presidente nestas coisas tenho algumas dúvidas porque li recentemente numa notícia que Roma vai proibir de comer qualquer coisa no espaço exterior, tal como em Espanha vai proibir que as pessoas andem com as "fiambreiras". Há de facto, acontecimentos que por pequenos que sejam me vão deixando particularmente preocupada em relação a estas matérias. Por último, uma contradição que me parece aqui estranha, refere o documento que no ponto 1.A. é proibido entrar e circular com qualquer tipo de veículo motorizado excepto os devidamente autorizados e depois no ponto oito proíbe o estacionamento, é óbvio se a a pessoa não pode entrar também não pode estacionar." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "Em relação às dúvidas são semelhantes às do Senhor Deputado Carlos Timóteo. Normalmente sou a favor da existência de regulamentos, este não vai merecer o meu voto favorável porque as coimas são elevadas e estamos no concelho de Vila Nova da Barquinha. Isto merecia algo escrito, isto esteve em inquérito público, foi aprovado no dia 24 de Outubro e poderia logo de seguida ser enviado aos membros desta assembleia, assim tínhamos um mês para analisar isto e provavelmente estas indicações que hoje damos daríamos com antecedência." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – "Já estou como o Timóteo, é incrível como temos de penalizar pessoas que estraguem os bens públicos mas a verdade é que estragam. Agora se pisarmos a relva vamos ser taxados vamos ter um problema em relação ao parque ribeirinho. Claro que o valor da coima é um pouco para disuadir as pessoas de fazerem os atos, tudo

bem, mas, se um fiscal apanhar alguém a pisar a relva paga e acabou. Daí eu dizer que estamos um bocado a brincar com os valores. Eu não comparo uma pessoa que estraga um bem público com uma que pise a relva ou apanhe uma flor, temos de fazer essa distinção, por isso eu achar que estes valores alguma vez são exagerados. Este documento devia ter sido baixado à comissão respectiva." ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – "E foi!!" ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: ----------

"Dizer como ponto de partida que a alínea que o Deputado Timóteo referiu é de facto uma gralha, é v) em vez de u). Em relação aos veículos pode haver veículos não motorizados e aí já há uma diferença, como por exemplo uma carroça. Relativamente às coimas tem que imperar o bom censo na aplicação do regulamento, conforme os casos assim se age. É uma situação extremamente frequente os aspersores serem roubados de uma forma sistemática em alguns locais, portanto há casos e casos e tem de haver bom censo na aplicação da lei. Em relação ao parque ribeirinho não estamos perante um parque relvado mas sim um prado que é completamente diferente." ----------

Tendo sido colocada à votação o Regulamento Municipal de Jardins e Espaços Públicos em Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por maioria com 7 abstenções dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e Eduardo de Oliveira, do PPD/PSD.CDS-PP, Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e Inocêncio Cruz do PS e 12 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro, aprovar o referido regulamento.----------

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto Cinco – Alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; ----------

"Há algumas alterações que derivam de imposição legal por alteração legislativa e o Decreto Lei 48/2011 é também uma preocupação do Município em função da crise e da dificuldade de todos os comerciantes sentem nas suas atividades. Procedemos a uma descida bastante significativa de 20% no caso dos pagamentos que rondam cerca de cinquenta a cem euros e relativamente aos valores superiores a cem euros há uma diminuição de cerca de 40% relativamente ao valor actual. A maior parte das alterações foram produzidas em função daquilo que o referido Decreto Lei também determina no nosso regulamento municipal." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "É só para dizer que isto foi aprovado em Outubro, e futuramente quando há alguma coisa aprovada, podia ser enviado com antecedência aos membros da Assembleia." -

----------///----------

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs a prorrogação da sessão da assembleia até ao término da Ordem de Trabalhos, posta aprovação foi aprovada por maioria com um voto contra do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------

----------///----------

Tendo sido colocada à votação o Regulamento Municipal de Publicidade e Propaganda, esta foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e 5 abstenções dos Senhores Deputados Paulo Tavares, Valter Caldeira, Anabela Quintanilha e Eduardo de Oliveira, do PPD/PSD.CDS-PP, Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e Inocêncio Cruz do PS e 12 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro, aprovar o referido regulamento.----------

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto Seis – Apreciação do inventário dos bens imóveis do domínio privado do Município e respetiva avaliação. **----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; ----------

"Trata-se de uma obrigação legal e penitencio-me perante esta assembleia, pois era algo que já deviamos ter apresentado, mas mais vale tarde do que nunca. Este trabalho foi feito relativamente aos bens do domínio privado. Há ainda um conjunto de bens do domínio público bastante complicado, mas está parcialmente o trabalho feito e é isso que apresentamos na Assembleia." -------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro – "Congratulo este levantamento que foi feito pois de fato vai permitir uma vez por todas clarificar qual a verdadeira situação do Município de Vila Nova da Barquinha. Eu quero relembrar que já por diversas vezes em sessões anteriores, utilizou-se a palavra falência técnica e quero aqui relembrar também que esta avaliação na minha prespectiva será sempre uma avaliação por defeito embora estando, sempre um enquadramento do período em que estamos a viver. Na minha prespectiva será sempre superior ao valor que aqui está presente. Estamos a falar de um valor de cerca de onze milhões de euros. As dívidas do Município serão inferiores, há um esforço de redução de dívida num valor inferior a sete milhões e havia seguramente muitas empresas e o próprio estado que gostariam de estar nesta posição que está o Município. Fica de uma vez por todas aqui clarificado que as vezes quando utilizamos certas expressões, seria importante neste momento que as pessoas reconhecessem que afinal as coisas não são bem assim. Há aqui um equilíbrio e registo positivamente todo o esforço que o Município tem feito em relação ao equilíbrio económico e financeiro." ----------

Tendo sido colocada à votação a Apreciação do inventário dos bens imóveis do domínio privado do Município e respetiva avaliação, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS, Carlos Timóteo e Maria José Martinho da CDU e Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares e Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP.----------

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto Sete – Documentos previsionais de Gestão para 2013 – Orçamento, Grandes Opções do Plano. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma pequena explicação do ponto acima referido; ----------

"Informo que foi cumprido o estatuto do direito de oposição, foi ouvido o PSD e a CDU. Este é claramente um orçamento de fim de mandato, a partir de agora começo a fazer as coisas pela última vez, tal como está a acontecer com este documento previsional e faço-o nesta qualidade pela 16º vez. É o último em que nós apresentamos a maior descida das despesas de capital, nunca entre dois anos nós apresentamos uma descida superior a 60% do valor de investimento o que é compreensível em função quer deste final de ciclo quer com a coincidência com o final de ciclo dos fundos comunitários, pois como sabem o investimento tem assentado fundamentalmente nos fundos comunitários. Neste contexto sublino o principal investimento, o Pavilhão Desportivo Escolar e Municipal. No âmbito da educação ainda aparecem algumas despesas relativamente a investimentos que ainda não estão pagos e caso não sejam pagos até final do mês terão de transitar para 2013. Em termos reais eu prevejo que a descida do investimento seja superior a 60%, colocamos também a possibilidade relativamente ao PAEL de se não recebermos a verba de pagar apenas em 2013. Há também a questão do CIEC que no dia 6 de Janeiro será a sua abertura à comunidade. Há um investimento na Boucinha na Praia do Ribatejo que é financiado pelo PRODER e é também o final relativamente a esta fase do mercado das artes com a intervenção no centro cultural, no alojamento temporário de criadores e no edificio oficinal que está na fase final, mas que em termos financeiros transita para 2013. Há os projectos PRODER que nas transferências de capital aparece valores relevantes para o Clube União e Recreios e para o SIRA que tem projecto aprovado e que em função do contexto actual não iriam avançar por incapacidade. Assim, consideramos que é uma última oportunidadede se obter verba para as associações e neste contexto aquelas que foram aprovadas nós financiaremos, o mesmo acontece para o projecto PARES da Associação de Paralasia Cerebral onde relativamente à componente não financiada também a

Câmara irá comparticipar de forma relevante. ----------

- A primeira semana de Janeiro será marcada pelo inicio formal do funcionamento da Loja Social e as questões sociais estarão concerteza no centro da nossa preocupação e nesse âmbito vale a pena dizer, que infelizmente essa preocupação também coincide com aquilo que se está a passar no concelho de Vila Nova da Barquinha em termos de desemprego, pelas características que nós temos de emprego, muito emprego público, os militares a CP. Entre Julho e Outubro nós tivemos um aumento de 23,4% de desemprego." ----------

Dada a palavra aos Senhores Deputados interviram o seguinte: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Carlos Timóteo – "Pedi que me esclarecesse aquando o ponto 2, mas não esclareceu que era o que está mencionado na última página do mapa financeiro a 10 de Dezembro de 2012, o valor de 19.550.075 euros. ----------

Em relação ao documento os ataques as autarquias, não começou propriamente em 2011, o último governo de Socrátes iniciou um estrangulamento financeiro das autarquias não só através do financiamento mas através também de muitas outras formas. Em relação ao PAEL parece que ele já é um fardo que se traduz num conjunto de responsabilidades que vai ser difícil ter de assumir e se o dinheiro faz falta as contrapartidas não deixarão de se fazer sentir e serão bem pesadas para os Municípios. O mesmo se passa em relação à delegação de competências na área da educação, parece que é mais uma delegação forçada e não algo que o senhor presidente quiz assumir e esta é a altura importante porque esta factura vai-se fazer sentir nos próximos anos de uma forma muito intensa e é importante dizer que foi o Senhor Presidente que quis assumir estas responsabilidades com as contrapartidas que nós conhecemos dos centros educativos. Há coisas que são muito bem feitas com as quais devemos estar satisfeitos e correspondem a necessidades efectivas do concelho. O Senhor Presidente da ANMP alertou muitas vezes as freguesias para não darem esse passo, houve muitas câmaras do PS que na altura perceberam que a interlocutora não era uma pessoas credível para fazer este tipo de processo. ----------

Em relação ao documento na página quinze, o Senhor Presidente refere «Nos termos do nº7, do artigo 38º, da Lei das Finanças Locais, solicita-se à

Assembleia Municipal a aprovação de empréstimos a curto prazo, até ao valor máximo de 250.000,00 euros…». Senhor Presidente quantos empréstimos, em que condições. Um pedido tão vago como este nós nem sabemos qual é que é o valor a que isto se puderá traduzir, porque é feito de uma forma que não sabemos nada. Não tem sido essa a sua prática e também como a própria lei exige. ----------

Na página vinte o Senhor Presidente refere que o pavilhão polidesportivo não tem condições de segurança mas eu sei de fonte segura que são lá lecionadas aulas de educação física e se acontecer algum problema alguém terá de assumir certamente as responsabilidade e a autarquia não ficará livre de ter de assumir alguma responsabilidade. Continuamos a achar que em relação a este projecto não há uma justificação técnica que ele assente, é apenas uma opção política, é uma má decisão política baseada em critérios que não são nesta altura os mais correctos, pois de fato é um equipamento que poderia ser remodelado oportunamente noutra altura com outras condições e não querer dar resposta a número de praticantes que querem jogar futebol ao final do dia pois existe espaços para isso e não tem de se construir um pavilhão de raiz para poderem fazê-lo. Se quiser uma boa ideia e penso que já tinha sido abordado à muito tempo, que era a ideia de construir campos de ténis na Atalaia, tenho pena que essa ideia não tenha sido referido porque há uma procura muito grande da modalidade no Entroncamento e penso que alguns cortes poderiam ser uma mais valia, como os cortes impermeáveis que pode chover e passado horas pode-se utilizar. ----------

Em relação ao Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha o documento prova que o referido centro é viável mas temos muitas dúvidas se é útil, vê-se o valor em que estão envolvidos o investimento. Está previsto no organigrama um gabinete para o empreededorismo, isto não será uma duplicação de custos? ----------

Este documento é muito estranho, são coisas meramente opinativas de alguém que achou que vai dar frutos. Hoje em dia ao contactar um empresário que conheça bem os parques empresariais reconhece o caminho traçado para Vila Nova da Barquinha. ----------

Por último, o documento presta-se a uma análise financeira e administrativa de gestão mas é também um pouco um testamento político. A situação

financeira não é aquela com que inicio, também não será o investimento e os activos que a Câmara hoje possui, nem todas as opções foram as mais correctas e tive a oportunidade de lhe dizer que por vezes andou um pouco ao sabor dos ciclos e dos momentos. Em relação às freguesias, a sua bancada tem uma opinião, o Senhor tem outra. A questão do transporte urbano que foi muito falada na campanha eleitoral, nunca se veio a realizar e já não se irá realizar." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – "Este orçamento é na sequência de outros e tal como os outros o rigor não não será muito e na sequência da opinião que o Senhor Presidente sempre manifestou o orçamento são previsões e estas cumpreem-se ou não. Em relação ao que está aqui, também gostou de obras se estas forem aprovadas uma a uma, agora no conjunto não concordo, é o caso deste orçamento. Não tenho dúvida nenhuma que há aqui obras que aprovava apesar de na última assembleia ter feito uma intervenção em que tentava esclarecer o que se passava com a aprovação dos projectos relacionados com a SIRA e com o Clube União e Recreios e dias depois sou confrontado na minha terra com a afirmação que eu tinha vindo para a assembleia apresentar questões contra a execução dessas obras e foram pessoas que estiveram presentes que foram transmitir essa ideia. --------

Eu fiquei satisfeito, tal como quando li isto, que tinha sido colocada uma questão pelo secretário da mesa em relação à associação de paralesia e verifiquei aqui neste orçamento que praticamente é solucionada com a ajuda da Câmara a execução desta obra e que a associação só vai pagar 7% e o Clube União vai apenas pagar 10%. Olhando em termos gerais chegamos à conclusão que isto também não vai ser cumprido, não tenho a menor dúvida, tal como nenhum foi cumprido ao longo dos anos. É com pena que no último orçamento também não possa dar o voto favorável. Uma das rubricas atribuí venda de bens de inevstimento tanto que basta olhar para este ano em que estava previsto um milhão e tal de euros e o resultado foi zero. ----------

Em relação ao Centro de Negócios praticamente foi tudo dito pelo Deputado Carlos Timóteo, este estudo é impressionante. Nós quando pedimos um parecer aí de que o indivíduo não o faça defendendo a minha posição, tal como o Presidente da Assembleia referiu em relação ao Revisor Oficial de Contas, que temos de fazer novo concurso. O Senhor Presidente esclareceu muito bem,

que contrariamente ao que alguns diziam, o contrato com este revisor é mais barato que o anterior e se compararmos os relatórios com os anteriores estes são bem melhores. Posto isto, não há dúvida nenhuma que muitas obras vão ficar, o Senhor Presidente sai satisfeito, foi pena foi algumas obras não terem efectivamente o aproveitamento que deveria ter, tal como o Centro Náutico que está como está e ainda com a dívida da expropriação por liquidar. ----------
Vem aqui um contrato programa e na última assembleia como sabem eu pedi mas não foi dito. Em relação às contas do Centro de Negócios o que foi entregue não era nada. O contrato celebrado entre a Câmara e o CDN, assinado por duas pessoas em que uma delas já sabíamos que ia sair e outro elemento que não sei se ainda está em vigor porque é uma empresa que está em insolvência." ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: ----------

"Relativamente à questão que ainda reporta à informação escrita desses dezanove milhões temos de tirar logo os acréscimos e diferimentos que são de onze milhões, não está ainda reflectido a questão do PAEL, estamos a falar sim de sete milhões de dívidas. Pretendíamos baixar a dívida em 2012 e de facto conseguimos e não está aqui reflectido conjunto de disponibilidade que temos para pagamentos e que iremos efectuar até ao final do ano e em termos de fundos comunitários temos um valor significativo a receber. Tenho muita dúvida que num espaço de um ano e apesar do investimento, o incumprimento a Dezembro de 2011 muito possívelmente não vai ser o mesmo a 31 de Dezembro de 2012, nós estamos dentro dos limites legais de individamento mas penso que seja possível em Julho de 2013 estramos no cumprimento do individamento. O objectivo é que todos os Municípios estejam sempre acima do limite de endividamento. ----------
- Relativamente ao contrato de execução, já falamos diversas vezes e não o fizemos por fazer, foi feita uma avaliação em concreto e no caso específico era muito vantajoso. Foi uma decisão que tomamos em 2008, do qual tínhamos 2 agrupamentos e conseguimos que além das pessoas existentes, fossem ainda pagas por vias do contrato de execução mais oito pessoas e assim temos um nível de assistência às crianças, um ráceo de assistentes operacionais por miúdo excelente. Foi conseguido por se ter feito este contrato e eles terem de

nos pagar este número de pessoas. ----------
- Quanto à questão de curto prazo esta menção tem de estar todos os anos nos orçamentos e é apenas por uma questão de prevenção, embora nunca tenhamos utilizado. ----------
- Em relação ao pavilhão actual é evidente que não tem as melhores condições de segurança, há partes que estão vedadas e não são acessíveis. Os balneários estão fechados e é utilizado mais no período de chuva. Achamos que é um projecto importante e que vai terminar toda a intervenção escolar do qual vai ter uma valência municipal dada que nos falta claramente esta valência. Não quer dizer que não venha a haver campos de ténis até porque na urbanização do Vale da Loura que chegamos a aprovar haveria um conjunto de campos técnicos junto ao campo de futebol da Atalaia, mas por questões que todos sabemos não se concretizou, mas não quer dizer que num futuro não venha a ser englobado nos quadros comunitários de apoio. ----------
- Quanto ao Centro de Negócios é um assunto recorrente e mal do país se todas as empresas municipais fossem como esta. O próximo presidente que quiser num mês terminar esta empresa municipal não tem problemas, não há trabalhadores e não há dívida bancária. O que se diz das empresas municipais que aumentar o número de trabalhadores aumenta a dívida, nada disso, existe o CDN numa lógica de querer fugir à mera zona industrial. Tivemos a infelicidade de iniciar a exploração / comercialização no período histórico mais negativo que todos vivemos e o CDN serve sobretudo para os empresários contribuírem para a manutenção do espaço onde estão e isto é a lógica do utilizador pagador. ----------
- Relativamente ao transporte urbano nós pensamos isso em dois mil e oito mas todo o cenário mudou radicalmente, nós descemos mais de 20% o valor do FEF, noutros âmbitos as receitas ainda diminuiram mais e tivemos de adequar. Felizmente conseguimos concretizar e terminar a maior parte dos investimentos e é evidente que muito fica por fazer ainda por mais num mandato com as dificuldades que tivemos. ----------
- Em relação à intervenção do Senhor Eduardo de Oliveira de as obras serem tão poucas informo que há aqui um cuidado. Tomamos a opção de apoiar estes projectos de parceiros associativos, de parceiros que estão envolvidos em projectos que podem ser importantes para a comunidade que se não fosse a

ajuda da Câmara não teriam coragem de avançar com os projectos. A própria capacidade de gerar fundos próprios por parte das associações é diminuta porque a realidade é o que é e não vale a pena dizer mais. ----------

- A associação de Paralesia Cerebral é um contrato que tem a garantia de um contrato depois da manutenção, o que representa mais de uma dezena de postos de trabalho, o que tem peso para o nosso concelho. ----------

- O fato de não ter voto favorável do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira até era de admirar e começava a duvidar que alguma coisa não estava bem. É eveidente que não fizemos tuddo bem e se voltasse para trás certamente faria algumas coisas diferentes. A preocupação para dois mil e treze é de retomar e voltamos para a normalidade e cumprimento em termos do que são so limites de endividamento." ----------

Dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Tavares expôs o seguinte: --------

"Vamos ter mais três assembleias até ao final do mandato mas tenho de dizer isto. Ao ouvir o Senhor Presidente da Câmara, ainda bem para si que se vai embora e não poderá ser candidato porque o próximo presidente da câmara, o paradigma da governação, vai ter de ser completamente diferente porque governar com se andou a governar nestes últimos vinte anos com condições óptimas de endividamento de dinheiro para tudo e mais alguma coisa eu tenho a certeza que a próxima legislatura vai ser de muita contenção e ter de se governar como a trinta / quanrenta anos atrás. Porque querer fazer obras, querer fazer isto e aquilo, tenho a certeza que na próxima legislatura vamos estar a discutir se baixamos o valor dos impostos, se baixamos o valor da água, pois não há condições para se pagar os impostos que se estão a requerer. Deixou obra, é seu mérito, mas também deixa uma grande dívida e a pessoa que tiver de a pagar vai ter fazer das "tripas coração". Não vai ser fácil e o que vai acontecer a esta Câmara é o que está a acontecer às famílias." -----

Tendo sido colocada à votação os Documentos previsionais de Gestão para 2013 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, este foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, Valter Caldeira e Anabela Quintanilha do PPD/PSD.CDS-PP e Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU e 13 votos a favor dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Paulo Constantino, José Chambel, Ricardo

Honório, Adriano Figueiredo, Adriano Cordeiro, António Constantino, Paulo Bento, Manuel Cardoso e Nuno Gameiro do PS.----------

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

Anexo nº1	Lista de Expediente.
Anexo nº2	Declaração Política apresentada pela Senhora Deputada Anabela Quintanilha.
Anexo nº3	Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia sobre a "intenção de integração da CIMT do Médio Tejo com a CIMT da Beira Interior Sul ".
Anexo nº4	Declaração Política apresentada pela Senhora Deputada maria José Brito sobre "O Natal dos desempregados".
Anexo nº5	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.
Anexo nº6	Documento entregue pelos Senhores Deputados Carlos Timóteo e Maria José Brito da CDU relativamente ao Regulamento de Publicidade e Propaganda.